

**HABEAS CORPUS Nº 523.121 - SC (2019/0215631-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : LUCIANE APARECIDA BERTOL  
**ADVOGADO** : LUCIANE APARECIDA BERTOL - SC026159  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : RAUL VARELA ALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de RAUL VARELA ALVES em face do acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado (fl. 13):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS [ART. 33, CAPUT, LEI N. 11.343/06]. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. FEITO QUE REÚNE PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. NECESSIDADE DA MEDIDA DEMONSTRADA EM FATOS CONCRETOS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E RISCO DE REITERAÇÃO DA CONDUTA EXTRAÍDOS DE ELEMENTOS EXISTENTES NOS AUTOS. PACIENTE ABORDADO NO DIA ANTERIOR COM PEQUENA QUANTIDADE DE MACONHA E LIBERADO APÓS LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO. NOVA ABORDAGEM EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO COM A APREENSÃO DE 52 PEDRAS CRACK. PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR PRESENTES NA HIPÓTESE.  
RISCO À ORDEM PÚBLICA CONFIGURADO.  
PRECEDENTES. PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO OBSTAM A MEDIDA. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES QUE NÃO SE MOSTRA RECOMENDÁVEL NO MOMENTO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 24/6/2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 25/6/2019 pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Sustenta a defesa, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Aduz, ainda, que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva e, subsidiariamente, substituir a prisão

# Superior Tribunal de Justiça

preventiva por domiciliar.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público manifestou-se pela *denegação da ordem*.

Na origem, o Processo n. 0011507-34.2019.8.24.0038 encontra-se com audiência de instrução realizada em 24/9/2019, tendo como último ato do juízo a requisição ao IGP do laudo pericial referente aos aparelhos celulares apreendidos, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 2/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto de prisão (fls. 10/12):

a) Homologo a prisão em flagrante dos conduzidos Suelen Borges Martins e Raul Varela Alves por infração ao art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Os elementos informativos reunidos pela autoridade policial retratam o estado de flagrância (CPP, art. 302) e a formalização da prisão observou as disposições legais. b) No que tange à conversão em prisão preventiva dos conduzidos: há prova da existência do crime e os indícios de autoria (CPP, art. 312), consoante ao Termo de Exibição e Apreensão à fl. 44 e 51, Boletim de Ocorrência às fls. 37-43, Auto de Constatação nº 0245/2019 às fls. 54-55 e o tipo penal (em tese) infringido cominar pena máxima superior a 4 anos (CPP, art. 313, I). Entendo que deve ser convertido o APF em prisão preventiva, pois a conduzida Suelen Borges Martins foi flagrada com: (i) quantidade expressiva em dinheiro R\$ 5.486,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta e seis reais) em espécie (dinheiro trocado); (ii) 2,5 gramas de substância análoga a maconha e 23 gramas de substância análoga a cocaína (que estavam separados em 80 pedras de crack e 3 porções de cocaína); (iii) 3 (três) celulares; (iv) 1 (uma) balança de precisão; e (v) 1 (uma) faca de cozinha, 1 (uma) caderneta com anotações e diversas embalagens plásticas; e o conduzido **Raul Varela Alves foi flagrado com: (i) 10g de substância análoga a cocaína (que estavam separadas em 52 pedras de crack). Ambos não registram antecedentes criminais, no entanto, a conduzida Suelen responde a ação penal pelo crime de tráfico na Comarca de Tubarão (Autos n. 0001825-12.2017.8.24.0075), no qual lhe foi concedida a liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares.** O conduzido Raul, conforme relato dos policiais, foi abordado pela PM no dia anterior (23/05/2019), quando foi encontrado com ele substância análoga a maconha e realizado o Termo Circunstanciado. Todos esses elementos, em tese, caracterizam o tráfico de entorpecentes. Os policiais, que estavam em ronda na Rua Pres. Wenceslau Braz, avistaram os conduzidos na frente de

# Superior Tribunal de Justiça

uma residência e reconheceram Raul, abordado dias antes pela PM, razão pela qual efetuaram a volta com o carro para abordar o casal. **Neste momento o conduzido Raul, seguiu pela rua e dispensou um pacote onde estavam 52 pedras de crack tendo sido preso em flagrante pelos policiais.** A conduzida Suelen adentrou na casa e aos efetuarem o cerco, os policiais viram-na dispensando drogas pela janela, momento em que adentraram a residência e apreenderam todos os materiais apreendidos no Auto de fls. 44 e efetuaram a prisão em flagrante da conduzida. Os conduzidos permaneceram em silêncio durante interrogatório realizado na delegacia de polícia. Diante o exposto, entendo que os apresentados, em liberdade, representam efetivo perigo à ordem pública, o que autoriza, nos termos do art. 312, CPP (garantia da ordem pública), a conversão do APF em prisão preventiva, **sendo certo que o fumus comissi delicti decorre do conteúdo do B.O, no qual se atesta que foram eles presos, em flagrante delito,** pela suposta infração ao disposto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação evidenciada na apreensão do entorpecente, todavia, a quantidade não é expressiva, qual seja, 10 gramas de *crack*.

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Ademais, o decreto de prisão não traz qualquer outra motivação concreta para a prisão, fazendo referência às circunstâncias já elementares do delito, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente RAUL VARELA ALVES, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator